



**ILMO. SR. PREGOEIRO OFICIAL DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ – MINAS  
GERAIS**

**REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2022**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09.036/2022**

TIVIC TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.085.332/0001-32, com sede à Rua Sinhazinha Santos, nº 315, Centro, na cidade de Vitória da Conquista/BA, CEP 45.000-505, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93, vem, respeitosa e **tempestivamente**, à presença de Vossa Senhoria

**IMPUGNAR O EDITAL DE LICITAÇÃO**

Em referência, pertinente ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 09.036/2022**, o que o faz nos termos subexpostos:



## DOS FATOS

1. A empresa subscritora, tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. No entanto, ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com algumas **exigências impertinentes ao objeto a ser licitado**, desta forma, as normas que regem o procedimento licitatório, conforme veremos a seguir.

2. Não obstante o conhecimento de Vossa Senhoria, insta apenas repisar que a licitação é um procedimento administrativo, instaurado pela própria Administração Pública, constituído pela prática ordenada e sucessiva de uma série de atos, tendo cada um autonomia e finalidade. A bem da verdade, estes atos possuem uma conexão objetivando alcançar o escopo licitatório, que é a obtenção da proposta mais vantajosa e conveniente para a Administração Pública, com vistas a atender à necessidade pública em razão da qual se está licitando.

3. Destarte, todas as atividades desenvolvidas no procedimento licitatório, embora diversificadas entre si, visam à realização daquele objetivo único, que é o motivo propulsor do procedimento. Assim, a variedade de atos que ocorre dentro do procedimento licitatório permite a constatação de duas fases distintas: interna e externa.

4. A **fase interna** corresponde aos atos praticados pela Administração Pública, motivados, uma vez constatada uma determinada necessidade pública. Portanto, o motivo que deu azo à licitação deve obrigatoriamente ser levado e observado pela administração pública e, corolário lógico disso é que a execução da licitação deve pautar-se no motivo que levou à instauração do procedimento, para que haja uma **perfeita adequação entre o procedimento e o motivo**. Portanto, é na fase interna que são praticados todos os atos necessários e preparatórios para o



desencadeamento do procedimento licitatório, inclusive com a definição das regras, do objeto e modo de sua realização.

5. Em se tratando do pregão, o procedimento é regido pela lei 10.520/2002, que em seu art. 9º estabelece a aplicação subsidiária da lei 8.666/93 a qual dispõe de forma geral sobre os procedimentos licitatórios. Ao determinar os princípios que regem a licitação a lei 8.666/93 institui mandamentos a serem seguidos no pregão, a saber:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

6. Tendo em vista os princípios determinados pelo dispositivo supracitado, passemos as considerações de Direito.

## DO DIREITO

7. O ato da convocação publicado no Diário Oficial do Município, constou, nas páginas 22 e 23, item 13. do termo de referência:

### **13 - DO JULGAMENTO, DA PROVA DE CONCEITO E ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

13.1 - Ultrapassada as fases de lances e da habilitação, o vencedor classificado em primeiro lugar pela melhor proposta deverá de forma presencial e munido de maquinário próprio e de sua responsabilidade, com todos o(s) sistema(s) licitado(s) instalado(s) e com a(s) respectiva(s) funcionalidade(s), fazer apresentação/demonstração (prova de conceito) dos equipamentos/sistemas perante a Comissão Técnica de Avaliação (Comissão) da Prefeitura Municipal de Araxá designada para tal fim, com vistas a aferir se o ofertante da melhor proposta, cumpre com o(s) requisito(s) da(s) especificação(ões) do(s) sistema(s)/equipamentos licitado(s) sendo esse cumprimento a condição necessária para



declaração da vencedora em definitivo para adjudicação do objeto. Esta equipe fará uma avaliação dos equipamentos/sistema e sua(s) funcionalidade(s) conforme especificados no Termo de Referência - **Anexo I** deste Edital.

13.2 - A Comissão Técnica de Avaliação realizará a prova de conceito em duas etapas:

13.2.1 - A demonstração dos equipamentos/sistema destinado a prova de conceito deverá iniciar no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a fase de habilitação, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pela administração.

13.2.2 - Para o Equipamento de Fiscalização Eletrônico tipo Radar Fixo: O local será definido pela Secretaria de Segurança em conjunto com a empresa proponente.

**8.** Assim, ao adquirir o edital para participação do certame, a Impugnante confirmou a irregularidade do item supracitado visto que tal exigência, além de desnecessária, acaba por frustrar o princípio da competitividade do certame pois onera em demasiado a habilitação. Destacamos aqui que a cobrança de prova conceito no caso em tela é requisito absolutamente ilegal condenado pelo tanto pelo TCU quanto por estudiosos do assunto.

**9.** Conforme observado no edital, os documentos de origem técnica exigidos no respectivo instrumento convocatório têm o condão de demonstrar a aptidão da licitante, dessa forma, já se pressupõe a qualidade e adequação as necessidades ao objeto licitatório. Sendo assim, faz-se inequívoca a desnecessidade de mais documentos e procedimentos que visam comprovar uma situação já assegurada.

**10.** Conforme o **Manual de Orientações Básicas das Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União**:

As exigências não podem ultrapassar os limites da razoabilidade e estabelecer cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo. Devem restringir-se apenas ao necessário para cumprimento do objeto licitado (3 ed. Brasília: TCU, 2006, p. 116).



Deste modo, no que tange ao posicionamento do TCU sobre o caso em tela, temos que o excesso demonstrado pelo edital do pregão em tela é não encontra respaldo na ordem jurídica vigente.

**11.** Além da comprovada desnecessidade da prova de conceito no pregão eletrônico nº 09.036/2022, temos ainda questões relacionadas a celeridade e sumariedade do procedimento do pregão, nas palavras do Douto Jurista Marçal Justen Filho:

a natureza sumária do pregão é norteadada pelo princípio da sumariedade e da rapidez. Produzir exames acerca da qualidade significaria instaurar um contencioso que desaguardaria necessariamente em delongas (Pregão (comentários à legislação do pregão comum e eletrônico). 4. ed. São Paulo: Dialética, 2005, p. 117.).

**12.** A respeito do tema, o ilustre Sidney Bittencourt ensina que a prova de conceito só poderá ser exigida no pregão quando absolutamente indispensável e apenas em casos excepcionalíssimos, visto tratar-se de procedimento sumário que visa a agilidade, especialmente o pregão eletrônico:

há cabal demonstração que a ideia de se produzir exames prévios acerca da qualidade (amostras) significaria a possibilidade de instauração de um contencioso que demandaria morosidade. (BITTENCOURT, Sidney. Pregão eletrônico. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 49).

**13.** Além de todos os argumentos acima demonstrados, o pedido de realização de amostras compromete a celeridade do processo gerando ônus supérfluo para a própria administração, Tatiana Martins da Costa Camarão, ao escrever sobre o tema, esclarece:

a exigência de amostra em pregão não se coaduna com o procedimento célere que o caracteriza, que se espelha na realização de uma única sessão, sem paralisações. Não podemos perder de vista que o pregão é para contratação de bens e serviços comuns que não demandam maiores análises (CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa; FORTINI,



Cristiana; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho. Licitações e Contratos Aspectos Relevantes. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p.136.).

14. Destacamos aqui que, além da desnecessidade da prova de conceito, tal exigência gera um custo dispensável para a administração. Como é de conhecimento desta comissão, onerar o município desnecessariamente representaria enorme descaso com o contribuinte além de ir de encontro aos princípios da administração pública.

15. Isto posto, considerando as orientações do TCU, o entendimento dos doutrinadores mais proeminentes na área e a legislação vigente, o item 13. do termo de referência do pregão eletrônico nº 09.036/2022, fere diretamente os princípios da legalidade, eficiência, razoabilidade, competitividade, isonomia e celeridade. Tratando-se de cobrança categoricamente ilegal, restando a administração o dever de corrigi-la por meio de retificação do edital a fim de evitar a completa irregularidade do processo administrativo almejado.

## DO PEDIDO

16. ANTE O EXPOSTO, a Empresa Impugnante **REQUER** a essa r. Comissão de Licitação, por sua Pregoeira Oficial, **SEJA A PRESENTE IMPUGNAÇÃO JULGADA PROCEDENTE**, com efeito para **RETIFICAR** o item 13. do termo de referência do pregão presencial nº 09.036/2022, a fim de eliminar a exigência de prova conceito.

17. **Caso não seja acolhida a presente impugnação, SERÁ ENVIADA REPRESENTAÇÃO AO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL COM O MESMO TEOR, ALÉM DO INGRESSO DE AÇÃO CABÍVEL JUNTO AO PODER JUDICIÁRIO.**



Termos em que,  
Pede deferimento.

De Vitória da Conquista para Araxá/MG, 15 de março de 2022.

---

**TIVIC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**  
**HUGO LEONARDO ALVES DE AZEVEDO**  
**CPF: 001.698.685-75**